

O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO  
NA DIACRONIA DO LATIM VULGAR<sup>1</sup>

Maria de Lurdes NAZÁRIO\*

RESUMO

Este texto tem por objetivo discutir o processo de gramaticalização do artigo definido, categoria linguística advinda do pronome demonstrativo *ille* latino. A gramaticalização é um tipo de mudança linguística que se efetiva quando uma forma linguística adquire propriedades de formas gramaticais, ou tem sua gramaticalidade ampliada, quando já é uma forma gramatical (GONÇALVES *et al.*, 2007a, 2007b; CASTILHO, 1997). O artigo definido emerge no uso do latim vulgar como uma nova categoria linguística em função de fatores linguísticos e sociais.

Palavras-chave: Gramaticalização; Pronome Demonstrativo Latino; Artigo Definido.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é discutir o processo de gramaticalização do artigo definido. Essa categoria linguística advém do demonstrativo *ille* em função de mudanças semânticas e estruturais ocorridas no uso do latim vulgar. A gramaticalização é um tipo de mudança linguística que explica os processos criativos de mudança categorial.

Para tecitura do estudo, alguns pesquisadores funcionalistas que se dedicam ao tema gramaticalização foram consultados, como Castilho (1997), Moura Neves (2004), Gonçalves *et al.* (2007a, 2007b) e Furtado da Cunha (2010). Sobre o surgimento do artigo definido como uma nova categoria gramatical no fim do latim vulgar, num período pré-romance, foram pesquisados Maurer Jr. (1959), Lausberg (1973), Silva Neto (1979), Câmara Jr. (1985), Tarallo (1990), Castilho (1997), Mattos e Silva (2001), entre outros.

---

<sup>1</sup> Agradeço a leitura e correção realizada pela Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão (FL/UFG).

\* Universidade Estadual de Goiás

E-mail: mlnazario@yahoo.com.br

Primeiramente, o paradigma da gramaticalização é apresentado e discutido, considerando alguns posicionamentos teóricos importantes para a compreensão desse fenômeno no processo de evolução das línguas. Posteriormente, apresentam-se e discutem-se as mudanças que se deram com o demonstrativo *ille* no latim vulgar, a fim de demonstrar como ocorreu a emergência do artigo definido. Em seguida, o processo de gramaticalização dessa categoria é discutido, considerando os apontamentos e dados fornecidos pelos pesquisadores da diacronia do latim e da língua portuguesa, bem como dos que estudam o tema gramaticalização.

## GRAMATICALIZAÇÃO

A gramaticalização é um processo de mudança linguística que ocorre a partir do momento em que uma dada forma linguística “começa a adquirir propriedades de formas gramaticais ou, se já possui estatuto gramatical, tem sua gramaticalidade ampliada” (GONÇALVES *et al.* 2007b, p. 16). Nesse processo de mudança, o elemento gramaticalizado torna-se mais regular e previsível, sofrendo restrições gramaticais. Segundo Castilho (1997, p. 31), a gramaticalização deve ser vista como um

[...] trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização externa.

Como exemplo, tem-se os operadores argumentativos (*logo, lá, depois*, entre outros), estudados por Martellota (1996). O pesquisador explica que, na sincronia da língua, esses itens exercem uma função gramatical como também argumentativa no discurso, e, como operadores discursivos, são elementos mais fixos nos enunciados com a finalidade de organizar o uso da língua, não fazendo referência a fatos do ambiente bio-social. Como operadores, eles podem exercer diferentes funções no texto: fazer alusão a dados do texto (anafórico ou catafórico), ligar partes do texto (orientação lógica), operar estratégias argumentativas, chamando a atenção do ouvinte/leitor. No entanto, os operadores originalmente exerciam apenas funções gramaticais. Através de um processo metafórico ocorreu uma transferência do “contexto situacional externo para o contexto discursivo interno”, ocorrendo o processo de gramaticalização *espaço >*

(tempo) > texto. O item *logo*, por exemplo, tem sua origem no item latino *locus-i*, usado em sentido espacial (substantivo) e em sentido temporal (advérbio). No processo de gramaticalização, passou a assumir uma função gramatical como conjunção, e depois uma função argumentativa, como operador discursivo (GONÇALVES *et al.*, 2007a).

Essas transformações são possíveis porque a gramática das línguas é um organismo maleável, capaz de se adaptar às necessidades comunicativas e cognitivas dos seus usuários (FURTADO DA CUNHA, 2010). Partindo, então, do fato de que a gramática das línguas se renova constantemente na interação verbal, a gramaticalização deve ser concebida “como as alterações de propriedades *sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas* de uma unidade linguística que promovem a alteração de seu estatuto categorial.” (GONÇALVES *et al.*, 2007b, p. 17; grifos meus).

Gonçalves *et al.* (2007b, p. 24-25) explicam, a partir de Givón (1979), que “no processo de gramaticalização, o modo mais pragmático de comunicação abre caminho para um modo mais sintático; com isso, expressões linguísticas com vinculação sintática fraca se transformam em expressões sintáticas fortemente ligadas.”. Nesse caso, na interface discurso e gramática, os processos de gramaticalização não se restringem somente à reanálise do léxico e da gramática, uma vez que se entende que o discurso favorece a emergência de novos modelos gramaticais para a interação verbal. Por considerar essa relação no processo de gramaticalização, Martelotta, Votre e Cezario (1996) compreendem que a gramática de uma língua deve ser vista

[...] como o sistema formado pelas regularidades decorrentes das pressões do uso. Essas pressões estão relacionadas a um complexo de interesses e necessidades discursivas/pragmáticas fundamentais que pode compreender os propósitos comunicativos do falante de ser expressivo e informativo ou o fenômeno da existência de lacunas nos paradigmas gramaticais ou no universo de conceitos abstratos. Portanto, o desenvolvimento de novas estruturas gramaticais é motivado, quer por necessidades comunicativas não preenchidas, quer pela presença de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas.

Ou seja, as motivações para tal fenômeno são linguísticas, em função de lacunas nos paradigmas ou no universo dos conceitos abstratos, e sociais, em função dos propósitos comunicativos do falante.

Sobre as causas da gramaticalização, Gonçalves *et al.* (2007b, p. 42) expõem que tal processo se dá em função do “princípio de exploração de velhas formas para novas funções”. Esse princípio se relaciona internamente com a necessidade que toda

gramática apresenta de se refazer (FURTADO DA CUNHA, 2010), bem como externamente com as necessidades comunicativas dos usuários, provocando constantes adaptações no sistema de uma língua em função dos usos que se faz dela. Daí compreende-se o surgimento de novas categorias gramaticais que satisfaçam as pressões internas e externas ao sistema linguístico.

As mudanças por gramaticalização se dão de “maneira gradual, numa escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade/abstratização.” (GONÇALVES *et al.*, 2007b, p. 29), devendo ser vista em um *continuum*. Na análise desse processo, verificam-se estágios que caracterizam a mudança do [lexical] > [gramatical] ou do [-gramatical] > [+ gramatical] (GONÇALVES *et al.*, 2007b, p. 27), como no exemplo da gramaticalização do nome *gente*.

O item lexical *gente* era um substantivo que designava semanticamente um agrupamento de pessoas em geral, com um sentido coletivo, sendo também usado no plural *gentes*. Com o tempo, a forma singular prevaleceu, tendo a forma plural desaparecido a partir do século XVI. Na medida em que se deixava de usar a forma plural *as gentes*, efetivasse o uso da forma singular *a gente*. A cristalização da forma pronominal *a gente* (artigo + substantivo) teve início no século XIX, a partir de seu uso especializado, mais determinado, esvaziando-se um pouco da carga semântica de coletividade, de referência genérica e, posteriormente, da indefinida. O percurso da gramaticalização do nome *gente* se deu do seguinte modo: substantivo genérico - *gente* > pronome indefinido - *a gente* > pronome pessoal *a gente* (*a' ente*). Assim o item lexical *gente*, em função das mudanças semânticas e estruturais, migra para o grupo de itens gramaticais quando cristaliza o seu uso com o artigo anteposto, passando a exercer uma função pronominal na língua portuguesa (BORGES, 2004).

De acordo com Hopper e Traugott (1993 apud GONÇALVES *et al.*, 2007b), um *cline* desse tipo de mudança pode ser pensado como:

*item de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo flexional*

O item de conteúdo (ou item lexical) pode ser um verbo ou nome (por exemplo, *gente*) que, através de um processo metafórico, pode ser reanalisado como palavra gramatical (por exemplo, *a gente*), servindo às necessidades comunicativas dos falantes.

Com isso, surge um novo uso para uma antiga forma. Com esse uso sendo frequente, mudanças semânticas e/ou formais ocorrem, seguindo o *continuum* para um item gramatical.

Deve-se entender, assim, o fenômeno da gramaticalização como um processo dinâmico, que reflete o movimento constante em torno da estrutura, sendo representado em um “*continuum* que tanto envolve a variação conceptual quanto a contextual.” (GONÇALVES *et al.*, 2007b, p. 34). Para compreender como ocorre tal fenômeno é preciso “analisar a manipulação cognitiva e pragmática, razão pela qual a transferência conceptual e os contextos que favorecem uma reinterpretação devem ser observados”, compreendendo como conceitos mais concretos são mobilizados para representar um fenômeno menos concreto (GONÇALVES *et al.*, 2007b, p. 42).

No caso das mudanças semânticas, há transformações no sentido, do [+concreto] para o [+abstrato]. As diferenças semânticas ocorrem, no caso, de uma forma-fonte (item lexical com conteúdo semântico mais concreto ou item menos gramatical) para uma forma-alvo (item gramatical ou mais gramatical com conteúdo semântico abstrato ou mais abstrato). Contudo, os traços de sentido da forma original não desaparecem, eles são abstratizados em função das condições discursivas e pragmáticas. Tal processo envolve dois mecanismos: a metáfora e a metonímia.

Por exemplo, em pesquisa desenvolvida por Martellota e Rêgo (1996), constatou-se que o item *lá* é originalmente um dêitico espacial, mas no processo de gramaticalização seguiu a seguinte trajetória semântica e funcional: espaço > (tempo) > texto, em função de sua abstratização. Com o sentido abstrato, o *lá* assume papel de anafórico e catafórico no texto, chegando a um estágio ainda mais abstrato a ser um elemento do discurso na expressão “sei lá”. Nesse tipo de mudança, há um elemento com valor espacial que “passa a assumir valores temporais e, progressiva e concomitantemente, valores textuais [...], passando a organizar argumentos e/ou a assumir funções interativas, referentes, por exemplo, a estratégias comunicativas” (MARTELLOTA, VOTRE e CEZARIO, 1996).

Em alguns casos de gramaticalização ocorre ainda a redução fonológica, um mecanismo atuante nesse processo “para ajustar formas antes lexicais ao domínio das formas gramaticais, normalmente composto por palavras de curta extensão”, como pronome, preposição, conjunção, clítico, afixo. (GONÇALVES *et al.*, 2007b, p. 35).

Como exemplo de redução fonológica podem-se citar a redução que está ocorrendo com o *a gente* > a'ente (BORGES, 2004) e a redução ocorrida com o demonstrativo *ille* latino no processo de gramaticalização do artigo definido (ver item 3, p. 11).

Nesse processo, uma forma se desgasta foneticamente em função da frequência de uso, já que as formas gramaticais ocorrem com muito mais frequência no texto que as formas lexicais. Segundo Bybbe (2003 apud GONÇALVES *et al.*, 2007b), a repetição de uma forma desempenha um importante papel nas mudanças que se dão no processo. Essa repetição pode levar ao enfraquecimento de forças semânticas, provocar mudanças fonológicas de redução e de fusão, levar a uma maior autonomia de uma construção, levar à perda de transparência semântica e, por último, a autonomia da forma de uso frequente torna-a mais enraizada na língua.

Considerando agora o princípio da unidirecionalidade desse processo, os seus mecanismos atuantes preveem mudanças nos diferentes níveis de análise da língua. No *nível fonológico*, dá-se o processo de redução fonológica, no qual ocorre de uma forma passar de mais material fonológico para menos material fonológico. No *nível morfológico*, ocorre o processo de recategorização (morfologização), em que um item lexical se torna gramatical, ou, no caso de já ser gramatical, ter sua gramaticalidade aumentada, deixando de ser uma forma livre. No *nível sintático*, acontece o processo da reanálise, em que há uma alteração da fronteira dos constituintes, passando de uma menor coesão para uma maior coesão entre constituintes. No *nível semântico*, ocorre do processo de dessemantização através de processos metafóricos, em que um item [+concreto] passa a ser [+abstrato]. E, no *nível pragmático*, ocorre o processo de sintatização, no qual estruturas pragmáticas passam a funcionar como estruturas sintáticas (GONÇALVES *et al.*, 2007b, p. 37).

Esse princípio unidirecional, no entanto pode ser rompido. Os estudiosos preveem que o percurso de mudança por gramaticalização pode ser efetuado completamente ou pode se interromper em um ponto do *continuum* da mudança. Deve-se, então, ver a gramaticalização como um processo que se dá através de estágios, em que o primeiro (estágio A) ocorre antes do segundo (estágio B), sendo um movimento unidirecional sucessivo, mas não significa que todo item linguístico vá percorrer todos os estágios e da mesma maneira que outros.

## MUDANÇAS LINGUÍSTICAS COM O DEMONSTRATIVO *ILLE* DO LATIM VULGAR E EMERGÊNCIA DO ARTIGO DEFINIDO

O artigo definido surgiu no latim vulgar a partir de mudanças linguísticas ocorridas com o pronome demonstrativo *ille*<sup>3</sup>. Apesar de o latim clássico ter seis demonstrativos (*hic, iste, ille, is, ipse e idem*), o latim vulgar conservou somente três: *iste, ipse e ille*. A língua vulgar criou um novo sistema com três pessoas, que foi difundido por quase toda România, numa tríplice oposição.

Desse quadro pronominal, os demonstrativos *iste e ille* tinham o sentido mais definido e persistente que *ipse*, mas com o tempo ocorreu um esvaziamento também do sentido demonstrativo de *ille*, que passa a ser usado no sentido de definitude (MAURER JR., 1959, p. 110). O autor afirma que esse esvaziamento semântico se realizou pouco a pouco, no período romance (a partir do século V d.C.), permanecendo a noção de definitude que lhe era peculiar, e, com o tempo, constituiu-se artigo (MAURER, 1959, p. 112). Silvio Elia (1979, p. 210) também confirma que *ipse e ille* sofreram um processo de esvaziamento semântico demonstrativo. Poggio (1996, p. 59 apud ELIAS, 2009, p. 42) menciona o mesmo enfraquecimento semântico e explica que “os pronommes *ipse e ille* passaram a artigos, no latim do Baixo Império. Ex: *ipsa casa = a mesma cabana > essa cabana > a cabana; illa cabana = aquela cabana > a cabana.*”.

Castro (1991 apud LINS, 2009, p. 44) afirma que esse enfraquecimento se deu em função de um uso frequente do elemento dêitico no latim vulgar, ocasionando uma maior presença dos demonstrativos *ille e ipse*, os quais referenciavam objetos e seres mencionados no discurso. Mas com esse uso frequente antes de substantivos, esses pronomes foram perdendo também seu conteúdo anafórico.

Para Lausberg (1973), a função demonstrativa do artigo definido fez do pronome *ille* o mais apropriado para ser empregado como artigo, pois este fazia alusão a um indivíduo que estava ausente, característica do demonstrativo *ille*. Esta foi a forma mais usada em quase toda România. Iordan e Manoliu (1972, p. 246) também afirmam que o artigo definido resguarda uma semelhança com o demonstrativo *ille* ao se referir a um indivíduo conhecido, pelo menos, pelo falante.

---

<sup>3</sup> O latim vulgar preponderou do século II a.C. ao século V d.C. (SILVA NETO, 1976, p. 37).

## GRAMATICALIZAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO

Nesta seção, objetiva-se demonstrar o processo de gramaticalização que levou ao surgimento do artigo definido do demonstrativo *ille* no latim vulgar.

De acordo com Castilho (1997, p. 36-37), os pronomes são “fundamentalmente dêiticos”, os quais servem “para especificar o lugar ocupado por pessoas ou objetos.”. O gramático Bechara (2003, p. 187) descreve os pronomes demonstrativos, especificamente, como dêiticos e anafóricos por possuírem a função de referirem-se “ao espaço, ao tempo (demonstrativos dêiticos espaciais e temporais) ou ao discurso (demonstrativo anafórico)”.

Com isso, analisando as descrições anteriores do latim vulgar em relação ao surgimento do artigo definido, compreende-se que ocorreu uma recategorização do demonstrativo *ille*, fenômeno em que uma classe da palavra migra para outra classe (CASTILHO, 1997). Isso foi possível pelo processo de gramaticalização que se deu com o artigo, passando por mudanças discursivo-pragmáticas, semânticas, gramaticais e fonológicas.

Nesse *continuum*, o *ille* passa a ser reanalisado, passando de um sentido [+concreto] para um [+abstrato], isto é, de uma função essencialmente dêitica para uma função identificadora, cliticizando-se junto a um nome. Nesse processo, ocorre também uma redução do seu caráter anafórico uma vez que passa a fornecer “uma instrução muito genérica para a busca do referente do nome que ele determina” (CASTILHO, 1997, p. 37). Tal processo é possível, inicialmente, em função do esvaziamento semântico ocorrido com o *ille* quando anteposto frequentemente a nomes no latim vulgar. Com isso, seu conteúdo semântico foi se abstratizando e deixando de fazer uma referência dêitica e anafórica. Entende-se que essa alteração no conteúdo semântico se deu em função de questões discursivo-pragmáticas, a fim de atender a uma necessidade comunicativa do usuário do latim vulgar, como *intenção de visualizar definitivamente um ser* (CÂMARA JR., 1985) ou *desejo de clareza e especificidade* (MATTOS E SILVA, 2001).

As descrições de Maurer Jr. (1959), Lausberg (1973), Silvio Elia (1979) e Poggio (1996) sobre o esvaziamento semântico ocorrido com *ille* e as funções semânticas

assumidas por tal pronome demonstram o processo de abstratização: dêitico (espacial) > anafórico (no texto) > definitude.

Leite Vasconcelos (1959), Said Ali (1965), Câmara Jr. (1985), Tarallo (1990) e Mattos e Silva (2001) fornecem ainda dados importantes para a compreensão do processo diacrônico das transformações ocorridas com o pronome demonstrativo *ille*, que levaram ao surgimento de uma nova categoria linguística, o artigo definido - item gramatical no sistema linguístico latino e também no sistema da língua portuguesa.

Câmara Jr. (1985) enfatiza que o demonstrativo *ille* passou a ser usado, na sua forma acusativa, sem a intenção de localização no espaço (função genuinamente demonstrativa dêitica), passando a ser empregado diante de um nome para opor o indivíduo definitivamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie (*proferte mihi stolam illam primam = trouxe-me a primeira estola*).

Mattos e Silva (2001) também afirma que a origem do artigo definido se deu a partir da forma acusativa latina, tendo se sedimentado no português como determinante do substantivo, satisfazendo a necessidade de especificação dos seres, como também do desejo de clareza e especificidade próprio do latim vulgar e das línguas românicas. Então, o pronome *ille* se especializou no latim corrente do Império Romano “como determinador por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico de gênero.” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 23).

Conforme Said Ali (1965, p. 123), a função demonstrativa do artigo se amorteceu porque “se tornou um costume o antepor, sem grande necessidade, a qualquer substantivo o vocábulo *o, a*, tornando-se seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo.”.

No *continuum* de gramaticalização do artigo definido, compreende-se, então, que a repetição da forma *ille* levou a mudanças, conforme proposto por Bybee (2003 apud GONÇALVES *et al.*, 2007b). A repetição, o uso frequente do *ille* antes de nome favoreceu o seu enfraquecimento semântico, fazendo-o se distanciar da função dêitica/anafórica do demonstrativo. O uso constante de tal forma também levou a mudanças fonológicas comuns nos casos de gramaticalização, em busca de uma estrutura com menos material sonoro. Por fim, a forma, já exercendo a função predominantemente de artigo definido, se enraiza junto a um nome, ocorrendo a criticização, que é discutido por Castilho (1997). Nesse momento, tem-se a efetivação

da mudança sintática, uma vez que há a recategorização da forma pronominal demonstrativo em artigo definido.

No processo de gramaticalização, entende-se que, após mudanças semânticas já iniciadas com o demonstrativo *ille*, ocorreram mudanças formais com tal pronome, uma etapa do *continuum* das formas gramaticalizadas. Tarallo (1990, p. 137) afirma que essas alterações se deram nos derradeiros momentos do latim falado, já numa fase pré-romance<sup>4</sup>, passando pelo seguinte processo de evolução:

Masculino singular: *illu* > *elo* > *lo* > *o*

Feminino singular: *illa* > *ela* > *la* > *a*

Masculino plural: *illos* > *elos* > *los* > *os*

Feminino plural: *illas* > *elas* > *las* > *as* (TARALLO, 1990, p. 137).

Especificamente para se chegar ao sistema moderno do português *o*, *a*, *os*, *as*, Leite de Vasconcelos (1959, p. 55), Coutinho (1971, p. 251) e Tarallo (1990, p. 137) concordam que ocorreram os seguintes fenômenos:

1º - o /i/ passou para /e/;

2º - as consoantes duplas foram simplificadas (*illu* > *elo*; *illa* > *ela*; *illos* > *elos*; *illas* > *elas*);

3º - o /e/ inicial caiu logo depois em função do artigo estar em posição proclítica: *elos campos* > *los campos*;

4º - o /l/, agora inicial, quando em posição intervocálica (*de los campos*), caiu desta posição devido “à evolução fonética normal das consoantes, durante a passagem do latim ao português” (TARALLO, 1990, p. 137), e depois se generalizou para as demais línguas.

Quanto a essa transformação, Maurer Jr. (1959, p. 113) diz que “o artigo definido já no latim vulgar devia perder geralmente a sílaba inicial em consequência de sua posição proclítica, como revelam quase uniformemente as línguas românicas. Esse fato explica a queda do *l* no português, por um fenômeno de fonética sintática”. Câmara Jr.

---

<sup>4</sup> A partir do século V, com a invasão dos bárbaros e com a ruína de Roma, inicia-se o período do romance, fase embrionária das línguas românicas (SILVA NETO, 1976, p. 41).

(1985, p. 98; grifos do autor) também observa que “A partícula *o, a, os, as* provém diretamente do acusativo latino de *ille*, em suas quatro formas de masculino, feminino, singular e plural (*illum, illam, illos, illas*), submetidas a um enfraquecimento articulatorio gradual, que atingiu a vogal inicial e a consoante do radical”.

Mattos e Silva (2001, p. 23; grifos da autora) aponta, a partir de Maia (1986, p. 645-651), que a “forma *lo, los; la, las* aparece em documentos da área galega e, eventualmente, no *Cancioneiro Medieval*, em cantigas de amigo”. Cita ainda o fragmento de uma cantiga de amigo de Joam Soares Coelho: *Fui eu, madre, lavar meus cabelos / a la fonte e paguei-m’eu d’elos / e de mi, louçãã*, em que se tem o artigo definido se atualizando através da forma *la*, determinando o substantivo *fonte* (documentos do século XIII e XIV). Mattos e Silva (2001) também explica que as formas *o, a, os, as* começam a aparecer nos primeiros textos em português.

Com o exposto, compreende-se a evolução diacrônica dessa categoria linguística que se firmou no latim e se difundiu nas línguas românicas. Essa nova categoria configurou-se como um ganho morfológico no latim vulgar; uma inovação linguística que, com o tempo, sistematizou-se na língua falada, sendo conseqüentemente encaixada ao sistema linguístico do latim vulgar (TARALLO, 1990).

Sobre as causas para tal mudança por gramaticalização, pode-se argumentar a partir de questões de ordem linguística e social que ocorreram, respectivamente, com o latim vulgar e a sociedade romanizada.

O latim era uma língua flexional, mas no seu uso vulgar muito cedo ocorreu uma perda das terminações das palavras, sendo necessário fazer uso de palavras auxiliares (como preposição, artigo e pronome) para se manter as relações sintático-semânticas. Assim, com o desaparecimento das desinências latinas, o sistema de conjugação ficou comprometido, favorecendo um rearranjo deste, de onde surge um novo sistema originalmente sintático e analítico (AUERBACH, 1972; CÂMARA JR, 1985). Já no século II a. C., encontra-se esse sistema em *de Deo Munus* (dádiva de Deus), em vez da construção clássica sintética, *Dei Munus* com *Dei* no genitivo (CÂMARA JR, 1985, p. 24).

Auerbach (1972) explica que, quando o latim se difundiu e as novas populações começaram a fazer uso dele, estas sentiram um incômodo com o tão complicado sistema do latim, que possuía quatro séries de tipos de conjugação e cinco para a declinação,

além de um grande número de particularidades e exceções. Com isso, o povo simplesmente se confundia e simplificava, provocando um enfraquecimento das flexões. O fato também das desinências no latim vulgar terem uma posição articulatória débil (com sílabas átonas) facilitou o seu desaparecimento, fenômeno que já ocorria até mesmo no latim clássico. Havia uma preferência por uma expressão analítica do tipo *ille homo* (o homem), *illo homine* ou *ad illum hominem* (do homem, ao homem), e não, respectivamente, expressões sintéticas como *homo*, *hominis* e *homini*.

De acordo com Silva Neto (1979, p. 251), foi essa mudança no sistema flexional do latim que levou ao surgimento do artigo definido. O pesquisador brasileiro diz que, “como acentua Meillet, se o indo-europeu não possuía artigo era por causa da autonomia de cada um dos termos da frase, mas à medida que se atrofiava a flexão o demonstrativo assumia o papel de artigo”. O autor ainda completa com a afirmação de que o artigo definido nasceu no latim devido ao desejo de expressividade e de clareza, provavelmente em função das muitas confusões entre casos latinos com desinências iguais, como também pela perda de desinências.

Câmara Jr. (1985, p. 23), ao discutir essa transformação no sistema latino, afirma que “naturalmente a remodelação morfológica dos nomes está ligada a uma remodelação paralela dos padrões sintáticos, e uma nova tipologia frasal também pouco a pouco se estabeleceu”. Essa tipologia frasal tem por base um sistema analítico com partículas conectivas, emergindo para manter as relações sintático-semânticas que foram perdidas no sistema latino, justificando a emergência do artigo pelo desejo de clareza, como afirma Silva Neto.

Por fim, a passagem do aspecto sintético para o aspecto analítico possibilitou a independência das palavras no latim vulgar, diferentemente do latim clássico (sintético), favorecendo alterações linguísticas com o uso do pronome demonstrativo *ille*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gramaticalização do artigo definido a partir do pronome *ille* exemplifica processos diacrônicos comuns e inevitáveis no desenvolvimento de uma língua. Os sistemas linguísticos se organizam e funcionam em função das pressões internas e

externas a que estão submetidos. Essas pressões favorecem mudanças que atendem às necessidades comunicativas dos usuários da língua.

O artigo é uma inovação linguística que evidencia a criatividade linguística dos falantes nas situações de comunicação, os quais, através de processos metafóricos e metonímicos, processam cognitivamente sentidos possíveis dentro do contexto linguístico e situacional. Desse modo, a língua atua em função de seus usuários, fundamentando-se como uma prática social no meio social.

A importância desse raciocínio se efetiva ao se contrapor ao pensamento generalizante de que a língua é um sistema homogêneo, demonstrando que os sistemas linguísticos são maleáveis, heterogêneos e passíveis de mudança.

Por fim, os processos de gramaticalização materializam mudanças que vem ocorrendo ou que ocorrem com itens lexicais, com itens menos gramaticais, com construções e com combinações de orações, exemplificando a versatilidade de diferentes elementos na língua, altamente funcionais na interação.

#### THE PROCESS OF GRAMMATICALIZATION OF THE DEFINITE ARTICLE IN THE DIACHRONIC OF VULGAR LATIN LANGUAGE

##### ABSTRACT

This text aims to discuss the process of grammaticalization of the definite article, a linguistic category from the Latin demonstrative pronoun *ille*. The grammaticalization is a kind of linguistic change which is effective when a linguistic form acquires properties of grammatical forms, and has expanded its grammaticality, when it is a grammatical form (GONÇALVES *et al.*, 2007a, 2007b; CASTILHO, 1997). The definitive article emerges in the use of Vulgar Latin language as a new category in terms of linguistic and social factors.

Key-words: Grammaticalization; Latin demonstrative pronoun; Definite article.

##### REFERÊNCIAS

AUERBACH, E. *Introdução aos estudos literários*. São Paulo: Cultrix, 1972.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BORGES, P. R. S. *A gramaticalização de a gente no português brasileiro: análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*.

216f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CÂMARA JR, J. M. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CASTILHO, A. de. A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*, UFBA, 19, p. 25-63, set. 1997.

COUTINHO, I. L. Artigos. In: \_\_\_\_\_. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

ELIAS, S. Caracteres Gerais das Línguas Românicas. In: \_\_\_\_\_. *Preparação à Linguística Românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FURTADO DA CUNHA, A. Funcionalismo. In: MARTELLOTA, M. E. et al. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.

GONÇALVES, S. C. L. et al. Estudos de Caso. In: GONÇALVES, S. C.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007a.

\_\_\_\_\_. Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007b.

IORDAN, I; MANOLIU, M. El artículo. In: \_\_\_\_\_. *Manual de Linguística Românica*. Madrid: Gredos, 1972.

LAUSBERG, H. Pronombre. In: \_\_\_\_\_. *Linguística românica: Morfologia*. Madrid: Gredos, 1973.

LEITE DE VASCONCELOS, J. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

LINS, A. B. *Os usos dos artigos definidos e indefinidos nos séculos XIII, XIV e XVII: um estudo na perspectiva funcionalista*. 172f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2009.

MARTELLOTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTELLOTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ, Grupo de Estudos Discurso e Gramática, 1996.

MARTELLOTA, M. E.; RÊGO, L. M. R. Gramaticalização do lá. In: MARTELLOTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ, Grupo de Estudos Discurso e Gramática, 1996.

MARTELLOTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ, Grupo de Estudos Discurso e Gramática, 1996.

MATTOS E SILVA, R. V. O nome e o sintagma nominal: morfologia e estrutura. In: \_\_\_\_\_. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.

MAURER JR., T. H. Pronomes e determinativos. In: \_\_\_\_\_. *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MOURA NEVES, M. H. de. O processo da gramaticalização. In: \_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAID ALI, M. Os vocábulos: espécies, formas e significação. In: \_\_\_\_\_. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

SILVA NETO, S. da. *História da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

TARALLO, F. *Tempos Linguísticos*. Itinerário histórico da Língua Portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.